



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE EDUCAÇÃO, HUMANIDADE E SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

ÍRIS LÉIA MACIEL RODRIGUES

FORMAÇÃO DOCENTE E A BNCC:

Um estudo a respeito das formações continuadas para implementação da Base Nacional Comum Curricular em Porto Franco- MA

TOCANTINÓPOLIS/TO
2024

ÍRIS LÉIA MACIEL RODRIGUES

FORMAÇÃO DOCENTE E A BNCC:

Um estudo a respeito das formações continuadas para a implementação da Base Nacional Comum Curricular em Porto Franco- MA

Monografia foi avaliada e apresentada à UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins – Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS) de Tocantinópolis, Curso de Licenciatura em Pedagogia para obtenção do título de Graduação em Pedagogia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador(a): prof. Dr. Cleomar Locatelli

Tocantinópolis/TO
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M152f Maciel Rodrigues, Íris Léia.

Formação docente e a BNCC: Um estudo a respeito da formações continuadas para a implementação da Base Nacional Comum Curricular em Porto Franco- MA. / Iris Léia Maciel Rodrigues. – Tocantinópolis, TO, 2024.
33 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2024.

Orientador: Cleomar Locatelli

1. Formação de professores. 2. Formação continuada. 3. Base Nacional Comum Curricular. 4. Plano Nacional de Educação. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

ÍRIS LÉIA MACIEL RODRIGUES

FORMAÇÃO DOCENTE E A BNCC:

Um estudo a respeito das formações continuadas para a implementação da Base Nacional Comum Curricular em Porto Franco- MA

Monografia foi avaliada e apresentada à UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins – Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS) de Tocantinópolis, Curso de Licenciatura em Pedagogia para obtenção do título de Graduação em Pedagogia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 12 / 06 / 2024

Banca Examinadora



Documento assinado digitalmente

CLEOMAR LOCATELLI

Data: 12/06/2024 08:50:04-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Cleomar Locatelli, UFNT, Orientador.



Documento assinado digitalmente

MAURO TORRES SIQUEIRA

Data: 12/06/2024 09:55:08-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Mauro Torres Siqueira, UFNT, Examinador

*o livro é seu escudo
que lhe protege de tudo
que possa lhe causar
dor
por isso eu tenho dito
Tenho fé e acredito
na força do professor.*

Bráulio Bessa

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo gostaria de agradecer a Deus, meu companheiro desde cedo, desde muito antes de tudo isso. O agradeço por me ter proporcionado essa conquista e por ter me acompanhado nesses tempos difíceis.

Quero agradecer toda a minha família pelo apoio e incentivo durante toda essa caminhada. Agradeço a minha mãe Francimilde, meu pai Jusselino, minha irmã Tatiane e minha irmã Idenilde.

Gostaria de agradecer a todos os meus professores, que fizeram parte desse processo, desde a educação infantil ao ensino superior. Acredito muito que a educação é feita de pessoas. Pessoas que sonham, que lutam por uma educação melhor, e foram essas pessoas que me auxiliaram até aqui.

Tive muitos professores apaixonados pela educação, mas aqui quero agradecer os professores Dr. Marco Aurélio, diretor do campus, Dr. Cleomar Locatelli, orientador deste TCC e Dra. Arinalda Locatelli, orientadora do projeto de TCC, primeiramente por terem feito parte do meu processo de formação durante os últimos 5 anos. E segundo por terem aceitado me auxiliar em um momento em que eu precisava de ajuda. Muito Obrigada!

Gostaria de agradecer a todos que estiveram presentes nesse processo de graduação: terceirizados, guardas, administrativo, professores de pedagogia e dos demais cursos, colegas e amigos discentes do campus de Tocantinópolis.

Faço um agradecimento especial as minhas colegas de curso e amigas Karline e Reylane por me apoiarem mesmo nas decisões mais exóticas. E a minha amiga Milla Hingred por sempre me incentivar a realizar meus sonhos.

RESUMO

Este é um trabalho de conclusão de curso desenvolvido a partir da necessidade de compreender a formação continuada de professores a partir de um novo documento, nesse caso, a BNCC. O objetivo desse estudo é compreender como se deu a formação continuada para a implementação da Base Nacional Comum Curricular e do Documento Curricular do Território Maranhense no município de Porto Franco- MA. Essa é uma pesquisa de análise documental que foi desenvolvida a partir de documentos que orientam a atividade pedagógica do município, fazendo um paralelo nos âmbitos nacional, estadual e municipal com base nas metas dos planos nacional, estadual e municipal de educação que tratam da formação continuada de professores, além de analisar a contribuição do Programa de Implementação da Base Nacional Comum Curricular no município. Foram analisados 3 relatórios de gestão de educação do município dos anos de 2021, 2022 e 2023 para identificar as ações de formação continuada. Com base na análise desses documentos podemos concluir que a formação continuada, de implementação da BNCC, se deu de três formas: formação continuada para diretores, coordenadores e professores especificamente para a compreensão de como usar a BNCC; a formação dentro da própria prática já com a BNCC inserida nas ações pedagógicas; e a implementação da BNCC no documento curricular do município, configurando também uma formação dentro da prática pedagógica, mas nessa etapa refere-se ao planejamento e ao uso prático da BNCC em sala de aula.

Palavras-chaves: BNCC. Formação continuada. Porto Franco

RESUMEN

Este es un trabajo de conclusión de curso desarrollado a partir de la necesidad de comprender la formación continua de los docentes a partir de un nuevo documento, en este caso, el BNCC. El objetivo de este estudio es comprender cómo se realizó la capacitación continua para la implementación de la Base Curricular Común Nacional y el Documento Curricular del Territorio Maranhense en el municipio de Porto Franco-MA. Esta es una investigación de análisis metodológicamente documental que se desarrolló a partir del análisis de documentos que orientan la actividad pedagógica del municipio, haciendo un paralelo a nivel nacional, estatal y municipal con base en las metas de los planes educativos nacionales, estatales y municipales que abordan la formación continua docente, metas 16, 17 y 16 respectivamente, además de analizar el aporte del Programa Nacional de Implementación de la Base Curricular Común en el municipio. Se analizaron tres informes de gestión educativa municipal de los años 2021, 2022 y 2023 para identificar acciones de formación continua. Con base en el análisis de estos documentos, podemos concluir que la capacitación continua para implementar el BNCC se realizó de tres maneras: capacitación continua a directores, coordinadores y docentes específicamente para entender cómo utilizar el BNCC; formación dentro de la propia práctica, con el BNCC ya incluido en las acciones pedagógicas; y la implementación del BNCC en el documento curricular del municipio, configurando también la formación dentro de la práctica pedagógica, pero en esta etapa se refiere a la planificación y utilización práctica del BNCC en el aula.

Contraseñas: BNCC. Formación continua. Porto Franco

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-percentual de professores da educação básica com pós-graduação.....**26**

Tabela 2- percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada.....**26**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCTMA	Documento Curricular do Território Maranhense
DCMPF	Documento Curricular Municipal de Porto Franco
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEE/MA	Plano Estadual de Educação do Maranhão
PMEPF	Plano Municipal de Educação de Porto Franco
PPP	Projeto Político Pedagógico
ProBNCC	Programa de Implementação da Base Nacional Comum Curricular
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de Porto Franco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 Á BNCC	17
2.1	Pareceres da Constituição Federal de 1988 á BNCC.....	17
3	BNCC E PROBNCC.....	20
4	PNE, PEE, PME E FORMAÇÕES CONTINUADAS.....	25
4.1	Relações Políticas entre PNE, PEE/MA e PMEPEF.....	25
5	ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO DE PORTO FRANCO.....	28
5.1	Relatório de 2021.....	28
5.2	Relatório de 2022.....	29
5.3	Relatório de 2023.....	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

A profissão docente demanda formação continuada e implica reflexão constante a respeito desta. Pensar formação de professores é um desafio, porém essencial para uma educação de qualidade.

O Plano Nacional de Educação- PNE (Brasil, 2014), instituído pela Lei 13.005/2014 determina na meta 16:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

“A formação continuada é a possibilidade constante de discutir, com interlocutores privilegiados, dimensões escolhidas do trabalho docente” (Ferreira; Prado; Aragão, 2015, p. 3). Assim, o aperfeiçoamento profissional docente depende de suas relações sociais.

Defendendo a ideia de Diniz (2015, p. 147) de que a formação continuada¹ também acontece no espaço escolar e na ideia de que o professor é também um investigador, essa pesquisa tem como *locus* os processos formativos para desenvolvimento profissional docente referente a BNCC e ao DCTMA na cidade de Porto Franco- MA.

Para Libânio (2004) as mudanças nas formas de aprender afetam as formas de ensinar, em vista disso é necessário que a prática docente esteja em constante investigação e reflexão, a fim de ser construída a partir das necessidades das relações de ensino e aprendizagem.

Segundo Carla Spagnolo (2017) desde a década de 1990, período em que foi impulsionado as reformas políticas de aprimoramento das formações continuadas para a docência há um movimento com o propósito de redefinir a práxis docente, tendo por finalidade fundamentar a prática pedagógica a partir de diversos saberes.

De acordo com Santos (2010 *apud* Spagnolo, 2017, p. 49) essas reformas políticas estiveram voltadas para uma pedagogia das competências que, segundo Bochetti (2014), é um conceito que surgiu da necessidade capitalista de formar mão de obra para o novo sistema de produção, que substituíu o taylorismo e que pela definição de Perrenoud (2008) é “uma

¹ Diniz defende a ideia de que o professor é também um investigador da sua prática em sala de aula e, que o que se faz necessário é a implementação de programas de desenvolvimento profissional, visto que “formação continuada” não acontece apenas por meio de cursos, mas sim e também dentro da escola, que é um espaço que ultrapassa a ideia do ensinar, sendo essencial que seja visto como um ambiente de construção de saberes (p. 146, 2015).

capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem se limitar a eles.” (Perrenoud, 2008, s/p *apud* Bochette, 2014, p.14). Vale ressaltar que é com base na pedagogia das competências que é desenvolvida a Base Nacional Comum Curricular.

Tais competências, de acordo com a BNCC (2017), tem o objetivo de unificar e nivelar o ensino básico em todo o país. Para isso o Ministério da Educação (MEC) promoveu programas que auxiliassem os estados e municípios na implementação da BNCC, como o ProBNCC.

O ProBNCC foi programa que deu apoio financeiro aos estados para elaboração dos documentos curriculares e para as formações continuadas dos docentes da educação básica.

Passados 4 anos desde a criação do ProBNCC, e chegado o fim desse programa, surgiu a necessidade de conhecer, para fins avaliativos, como essa formação continuada, voltada para implementação da BNCC, se deu em um dos municípios do estado do Maranhão, Porto Franco. Cidade localizada no sul do Maranhão as margens do Rio Tocantins. Que ocupava, em 2019, a segunda posição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Ensino fundamental nos Anos iniciais, das escolas pública do estado do Maranhão, com uma nota de 6,2. Atualmente, de acordo com os dados de 2021 do IBGE, ocupa a quinta posição, com uma nota de 5,9.

A BNCC deveria ser implementada nas escolas até o final do ano de 2021, passaram-se 3 anos desde essa data. Este estudo baseia-se neste marco temporal e nos documentos normativos e curriculares para alcançar a resposta do problema desta pesquisa: Quais foram as ações de formação continuada realizadas para implementação da BNCC e DCTMA no município de Porto Franco?

Essa pesquisa é relevante tanto para a educação de Porto Franco e conseqüentemente do Maranhão, quanto à comunidade acadêmica, visto que busca compreender como tem ocorrido as formações continuadas, visto sua relação com os resultados das avaliações educacionais, bem como a qualidade de ensino disponibilizado na educação pública.

Esse estudo objetivou tanto conhecer as ações formativas quanto analisá-las, para que se possa pensar e repensar novas práticas. Para isso, esse trabalho foi dividido em 4 capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado “Da constituição a implementação da BNCC” traz um histórico legal e documental da educação desde a redemocratização que ocorreu a partir da década de 1980. Nesse capítulo fazemos menção a 2 documentos legais: Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); 3 documentos normativos: Plano

Nacional de Educação (PNE), Parâmetro curricular Nacional (PCN), Base Nacional Comum Curricular (BNCC); e 2 documentos curriculares: Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA) e Documento Curricular do Município de Porto Franco (DCMPF). Além desses documentos, nos capítulos seguintes também falamos sobre o Plano Estadual de Educação do Maranhão (PEE/MA) e do Plano Municipal de Educação de Porto Franco (PMEPF).

No segundo capítulo, chamado de “BNCC e ProBNCC”, trazemos mais especificamente dois conceitos presentes na BNCC: competência e habilidade; e damos enfoque ao Programa de Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) mencionando como esse programa foi organizado.

No terceiro capítulo, PNE, PEE, PME e as Formações Continuadas, foi analisado esses três documentos, mais especificamente as metas 16 do PNE, 17 do PEE do Maranhão e 16 do PME de Porto Franco, com o objetivo de entender as orientações de formação continuadas.

No último capítulo analisamos os Relatórios de Gestão da Educação do município de Porto Franco nos anos de 2021, 2022 e 2023. O intuito foi identificar as formações continuadas ofertadas nesse período para implementação da BNCC e/ou DCTMA.

Com base na pesquisa desenvolvida e descrita aqui nesses 4 capítulos, chegamos à conclusão de que entre os anos de 2021 e 2023, foi realizado um módulo de formação exclusiva para implementação da BNCC para Educação Infantil no ano de 2021, sendo que as demais oficinas, palestras, formações, programas e projetos tiveram outras temáticas que foram desenvolvidos com bases nos documentos normativos, curriculares e legais vigentes. Além das formações foi elaborado o DCMPF seguindo as orientações do ProBNCC para a implantação da base.

Sendo assim houve 3 tipos de ações de implementação da BNCC: a elaboração do currículo municipal; a formação continuada de implementação da base para gestores, coordenadores e professores da Educação Infantil; e as formações continuadas de outras temáticas que seguiram as orientações dos documentos curriculares.

2 DA CONSTITUIÇÃO A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC

O histórico da educação brasileira é permeado por muitos marcos que a transformou até o presente momento, mas para esse estudo faremos um apanhado histórico dos documentos vigentes que estruturam a educação desse país. Para isso, tomaremos como recorte temporal a redemocratização do Brasil, partido da Constituição Federal de 1988. Em seguida trataremos da Lei nº 9.394/1996, discutindo a respeito da elaboração da Base Nacional Comum Curricular e Parâmetros Nacionais Curriculares. O próximo documento dessa linha histórica é o Plano Nacional de Educação de 2014, que tem como objetivo melhorar a educação do Brasil. Dando sequência aos documentos, traremos a discussão a respeito da BNCC, base de estudo dessa pesquisa. Juntamente com a BNCC apresentaremos o ProBNCC, que se trata de um programa para implementação do documento anterior. Em nível estadual o Documento Curricular do Território Maranhense segue a sequência histórica da qual trataremos nesse trabalho. E para estudo em âmbito municipal, temos o Documento Curricular do Município de Porto Franco.

O objetivo de trazer a discussão a respeito desses documentos é entender o caminho da educação no âmbito federal ao municipal, para que a partir desses documentos possamos entender como se dá o desenvolvimento profissional dos profissionais da educação de Porto Franco.

2.1 Dos Pareceres da Constituição Federal de 1988 à BNCC

Promulgada em 1988 a Constituição Federal do Brasil é um marco histórico, social e político na redemocratização do país, estabelecendo meios legais para a garantia ao acesso e permanência de todos em uma educação de qualidade.

A Carta Magna no seu art.210 determina que a educação brasileira deveria estabelecer conteúdos mínimos para a formação básica e comum, e em consonância aos termos da lei maior do país, a LDB (1996) também menciona a necessidade de um currículo comum.

Para auxiliar os professores com o trabalho docente, foi publicado em 1997 os Parâmetros Nacionais Curriculares. Segundo o próprio documento (Brasil, p. 13, 1997) estabelecer parâmetros curriculares passou a ser necessário a partir de 1996, com a definição das Diretrizes e Bases da Educação e estipula que haja um currículo comum em âmbito nacional.

Essa determinação de um currículo nacional também foi estipulada pelo Plano Decenal de Educação de 2001, em acordo com os art. 210 e art. 214 da Constituição de 1988, o plano

estabelece como obrigação do Estado a idealização de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual (Brasil, p. 13, 1997).

Os PCN's (Brasil, p. 29, 1997) estavam situados em quatro níveis de concretização do currículo. O primeiro dispunha de uma meta de políticas públicas a qual se relaciona a formação e desenvolvimento profissional dos educadores, servindo como auxílio para o debate do trabalho escolar através das orientações para elaboração dos currículos estaduais e municipais. Assim a concretização curricular se dá a partir da reflexão a respeito das experiências dos professores, tanto na formação inicial quanto no seu desenvolvimento como profissional em sala de aula.

Enquanto o primeiro nível de concretização curricular estabelece uma meta de ações de subsídio para a elaboração dos documentos curriculares, o segundo diz respeito a elaboração concreta dos currículos estaduais e municipais. Vale ressaltar que apesar de estabelecer parâmetros comuns aos currículos, os PCN's não são obrigatórios e demonstram flexibilidade para adaptações nas diferentes realidades escolares do Brasil.

Já o terceiro nível de concretização curricular se dá na elaboração das propostas curriculares escolares, ou PPP's. E por último, o nível que diz respeito ao planejamento do professor em sala de aula, no contexto de um programa que esteja adequado às necessidades dos alunos. Segundo o próprio PCN, para que esses quatro níveis curriculares sejam de fato concretizados é necessária "uma política educacional que contemple a formação inicial e continuada dos professores" (Brasil, p. 30, 1997).

Os PCN's ao contrário da BNCC não utilizam o termo competências e habilidades, mas ainda assim tem como proposta o desenvolvimento das capacidades dos estudantes e a compreensão da realidade, além da participação na sociedade, sendo função da escola a socialização do indivíduo no contexto social, cultural e político.

Nesse contexto, os PCN's fomentam a construção de todo o currículo escolar, contribuindo para uma formação básica comum a todos, o que estabelece concordância tanto com a Constituição Federal brasileira quanto com a LDB de 1996.

A lei de diretrizes e bases da educação básica aprovada em 1996 (Brasil, 1996) estipulou que é função do Estado assegurar um currículo que constitua base de oportunidades de educação comum a todos. E em consonância com o art. 211 da Constituição Federal, que determina que a educação se desenvolverá em regime de colaboração entre a União, Distrito Federal, estados e municípios, o art.8 da LDB estabelece á União o papel de coordenar a política nacional de educação, tendo função normativa e incumbindo-se de articular a política nacional de educação entre os demais sistemas e níveis de educação.

A LDB determina que é função do Estado a elaboração do PNE, e desde então foram elaborados dois Planos Nacionais de Educação, em 2001 e 2014, ambos sendo decenais. O PNE de 2014 determina 20 metas e 254 estratégias a fim de garantir o direito a educação de qualidade. Concretiza a determinação da constituição de 1988 em seu art. 214.

As metas e estratégias do PNE configuram meios para alcançar, em concordância com a Constituição Federal, uma educação universal, integral, humanística, tecnológica. Esse documento se constitui como essencial á qualidade da educação brasileira.

Para o presente estudo utilizaremos a meta 16 para corroborar com a ideia da formação continuada ou desenvolvimento profissional, seguindo o parâmetro de Diniz (2015). A meta 16 faz alusão a formação continuada dos professores tanto em relação aos cursos de pós-graduação quanto ao desenvolvimento profissional necessário ao trabalho docente.

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (Brasil, 2014)

A formação continuada específica a qual se desenvolverá essa pesquisa acontece ou aconteceu em torno da BNCC, documento normativo que é base para os documentos curriculares.

A Base Nacional Comum Curricular que foi apresentada em 2015 e homologada em 2017, determina que os currículos estaduais e municipais estejam de acordo com a BNCC. Os

estados têm a possibilidade de ampliar o currículo estadual com competências e habilidades que fazem jus a sua cultura e regionalidade. E para auxiliar esse processo foi criado, em 2018, um programa de incentivo e fomento da BNCC, o ProBNCC para que os estados e municípios pudessem elaborar suas matrizes curriculares.

De modo diferente aos PCN's, que determinam no próprio documento, por meio de níveis de concretização curricular, os processos a serem desenvolvidos até que se chegue à sala de aula, para a BNCC é desenvolvido um programa específico para esse propósito.

O ProBNCC estabelece sete dimensões com o intuito de efetivar a BNCC em sala de aula. Esse programa previa a elaboração dos documentos curriculares, a formação de professores a partir da disponibilização de recursos para esse fim. O programa findou em 2021. No próximo capítulo trataremos as 7 dimensões do ProBNCC assim como dois conceitos presentes na BNCC: competência e habilidade.

Com auxílio do ProBncc foram discutidos e elaborados os documentos curriculares estaduais e municipais, a partir das normas e ideias estabelecidas pela BNCC. Esse programa, além de oferecer financiamento as atividades de construção dos currículos, também determina um caminho a ser seguido para se chegar a esse fim, mas permite que cada estado e município tenha autonomia para modificar essa sequência de acordo com a sua realidade.

Assim como os PCN's, a BNCC seguiu uma sequência até chegar ao ambiente escolar, legitimando-se nos PPP's e no planejamento individual e coletivo que parte do contexto de cada escola, professor e aluno. Esse histórico da educação, a partir dos marcos legais e documentais, contribuem para determinar o desenvolvimento educacional do Brasil.

3 BNCC E PROBNCC

Nesse capítulo daremos enfoque na BNCC e no ProBNCC, trazendo os conceitos de competência e habilidade, e as características do Programa de Implementação da Base Nacional Comum Curricular

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/96) dispõe, em seu artigo 8º, que cabe à União a articulação entre os diferentes níveis e sistemas de educação, exercendo função normativa e coordenando a política nacional de educação. Estabelece ainda, no artigo 9º inciso IV, que a União, em colaboração com estados, municípios e o Distrito

Federal, deve incumbir-se de designar as competências e diretrizes que norteiam os currículos e conteúdo da educação básica.

A partir dessa prerrogativa, em 2014 foi aprovada a Lei 13.005/2014, a qual instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) com o tempo de vigência de 10 anos; e em 20 de dezembro de 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada pelo ministro da educação da época, Mendonça Filho, por meio da Portaria N° 1.570, entrando em vigor em 21 de dezembro de 2017.

O PNE de 2014 é o segundo plano nacional de educação desde a redemocratização do Brasil ocorrida na década de 1980. O primeiro esteve em vigência de 2001 a 2011.

Segundo o Ministério de Educação (Brasil, 2010) o primeiro documento a mencionar a necessidade de um plano nacional de educação, foi o Manifesto dos Pioneiros em 1932. O documento teve grande relevância, ao ponto de em 1934 ser garantido em lei pela Constituição Federal de 1934, a elaboração do plano nacional de educação com o texto:

Art. 152. Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos, bem como a distribuição adequada dos fundos especiais. Paragrapho unico - Os Estados e o Distrito Federal, na forma das leis respectivas, e para o exercicio da sua competencia na materia, estabelecerão Conselhos de Educação com funções similares às do Conselho Nacional de Educação e departamentos autonomos de administração do ensino (Brasil, 1934).

A LDB também garante a elaboração de um plano nacional de educação em regime de colaboração com estados, municípios e o distrito federal, com o objetivo de ampliar e melhorar a educação brasileira. Além do PNE, a LDB prevê a elaboração de uma base unificada afim de uniformizar o ensino em todo o território nacional. Em 2017 foi aprovado a primeira base nacional comum curricular como determinado pela Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996. A implementação da BNCC é feita a partir dos documentos curriculares estaduais e municipais.

Segundo o Ministério da Educação (Brasil, 2018), a Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que tem a função de definir os caminhos para o desenvolvimento humano e integral do aluno, determinando as competências e habilidades que são essenciais, e que devem ser trabalhadas ao longo de toda a educação básica.

Entende-se por competência, de acordo com o a BNCC (Brasil, 2018), a expressão e apresentação das aprendizagens em situações que necessitam de tomadas de decisões pertinentes. É a capacidade de analisar diversas situações problemas com base no

conhecimento construído. O documento compreende que a educação brasileira, seguindo um conjunto de competências estabelecidas, mostra o compromisso com “a formação humana integral e com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”.

O conceito de competência surgiu, segundo Ramos (2006, p.39), durante as discussões a respeito da qualificação como relação social e emergiu para atender inicialmente 3 propósitos:

- a) Reordenar conceitualmente a compreensão da relação trabalho-educação, desviando o foco dos empregos, das ocupações e das tarefas para o trabalhador em suas implicações subjetivas com o trabalho; b) institucionalizar novas formas de educar/formar os trabalhadores e de gerir o trabalho em geral, sob novos códigos profissionais em que figuram as relações contratuais, de carreira e de salário; c) formular padrões de identificação da capacidade real do trabalhador para determinada ocupação, de tal modo que possa haver mobilidade entre as diversas estruturas de emprego em nível nacional e, também, em nível regional (Ramos 2006, p. 39).

Assim, para Ramos, o termo competência trata-se de um deslocamento do termo qualificação², o colocando em segundo plano, isso ocorre às custas do enfraquecimento das dimensões conceitual e social da qualificação. A autora entende que o desenvolvimento de competências exige uma escola que siga princípios que eleve a classe trabalhadora intelectualmente, possibilitando a ocupação de cargos de dirigentes, buscando assim uma educação que seja total e integral em relação a formação humana.

Perrenoud define competência como a “capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles” (1999 p. 7, *apud* Silva; Felecitte 2014, p. 18), o que se assemelha ao conceito definido pela BNCC.

Já o termo habilidade, segundo Silva e Felecitte e de acordo com as ideias de Perrenoud, pode ser definido como “uma serie de procedimentos mentais que o individuo aciona para resolver uma situação real” (2014, p. 19). Ou seja, um individuo desenvolve ou adquire uma

² Para Ramos (2006) o termo qualificação se relacionou aos processos de preparação para exercício do trabalho e, também, a análise ocupacional em relação ao posto de trabalho. Sendo assim, o termo qualificação estava associado “aos processos de trabalho e ao desenvolvimento do saber profissional e social do trabalhador (Ramos, p. 35, 2006). Entende o termo qualificação como uma relação social.

habilidade quando consegue estabelecer uma sequência de etapas, utilizando conhecimentos já adquiridos, para resolver um novo problema.

A BNCC define 10 competências gerais que devem ser desenvolvidas ao longo da vida escolar. Além das competências gerais, foram estabelecidas competências e habilidades de acordo com cada área de conhecimento do ensino fundamental ao ensino médio e, habilidades para todos os campos de experiência na educação infantil. Além disso a BNCC está dividida em: educação infantil; ensino fundamental; e ensino médio.

Para a implementação da BNCC, o Ministério da Educação (MEC) desenvolveu e publicou no dia 6 de abril de 2018 a portaria de nº 331, de 5 de abril de 2018, que instituiu o Programa de Apoio à implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) com o objetivo de assegurar a qualidade técnica, e o regime de colaboração entre estados, municípios e Distrito Federal, dando assistência financeira às Secretarias Estaduais e Distrital de Educação (SEDE); formando equipes técnicas de currículo e gestão; e fornecendo assistência técnica na implementação da BNCC.

No artigo 3º do ProBNCC fica determinado que a participação no programa ocorre a partir da assinatura do termo de adesão pelas SEDEs e União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime). Após a assinatura do termo é de compromisso da SEDE e das seccionais da Undime o planejamento de como serão utilizados os recursos provenientes do programa, facilitando a implementação da BNCC nas redes estaduais e municipais.

Além de recursos financeiros para formações e impressão dos novos documentos curriculares, o ProBNCC também disponibilizou material de apoio como: vídeos das competências por área de conhecimento; cadernos temáticos de temas contemporâneos transversais (TCTs/BNCC); guia de implementação para professores e gestores.

O Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular: orientações para o processo de implementação da BNCC de 2020, está organizado em 7 dimensões, que orientam a implementação da BNCC e dos documentos curriculares. A primeira diz respeito a estrutura de governança de implementação da BNCC, que corresponde a preparação dos estados e municípios para a elaboração dos documentos curriculares, o objetivo era que a abordagem na realização desses documentos fosse colaborativa, dessa forma a organização do trabalho possibilitaria a colaboração entre municípios. Além disso, o guia sugere uma estrutura de governança, porém fica a escolha dos estados seguir ou organizar uma outra.

A segunda dimensão corresponde aos estudos dos referenciais curriculares. Essa etapa direciona os docentes à pesquisa, para isso orienta os estudos quanto as necessidades e realidades dos estudantes municipais e estaduais. A próxima dimensão é a elaboração e

reelaboração dos currículos, que tem como resultado final os novos documentos curriculares de trabalho, baseados na BNCC e que orientam os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas. A quarta dimensão refere-se à formação continuada e prepara a coordenação estadual para o planejamento, seguindo a premissa de uma formação de qualidade, que esteja baseada em um regime de colaboração com os currículos.

A quinta dimensão está focada na revisão e elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP). Essa é uma etapa na qual as escolas refletem a respeito das necessidades de seus PPPs, os adequando aos parâmetros da BNCC. Sobre os materiais didáticos, o guia de implementação orienta o mapeamento e análise de materiais a serem utilizados nos processos de ensino aprendizagem. Essa etapa demanda pesquisas detalhadas das possíveis escolhas, e deveria seguir a um cronograma específico no ano de 2020. A sétima e última dimensão trata da avaliação e do acompanhamento da aprendizagem, etapa essencial para determinar a eficiência e os resultados da implementação da Base Nacional Comum Curricular.

A proposta da BNCC é adaptável, sendo assim, a elaboração dos documentos curriculares estaduais, devem respeitar os saberes e a cultura regional. Diante disso, os estados como o Maranhão, elaboraram seus documentos seguindo as exigências da BNCC. Para corroborar a proposta aliaram-se ao ProBNCC. O ProBNCC teve adesão do estado do Maranhão no dia 27 de junho de 2019, com a assinatura do termo para formação continuada para o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA), desenvolvendo o cronograma de ações para implementação da BNCC nos 217 municípios do estado.

A LDB (BRASIL, 1996), no capítulo que faz referência aos profissionais da educação, art. 62-A parágrafo único garante a formação continuada para profissionais da educação no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior.

Acerca de como se deu a formação continuada dos professores no território maranhense Viana; Santos; e Moura (2021) discutem a respeito de ações formativas fora da capital, lugar onde, segundo elas, é centralizado o conteúdo de Maranhensidade. Sua pesquisa se voltou para as formações no município de Imperatriz, a fim de compreender se os docentes do município tiveram uma formação que engloba somente texto voltados para a maranhensidade de São Luís, contida no Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA). Seguindo um outro viés, no capítulo seguinte iremos tratar das formações continuadas a partir dos planos de educação.

4 PNE, PEE, PME E AS FORMAÇÕES CONTINUADAS

Dando continuidade ao debate a respeito dos planos de educação e a base nacional, esse capítulo traz uma discussão acerca da formação de professores a partir do Plano Nacional de Educação, do Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão (PEE/MA), do Plano Municipal De Educação de Porto Franco (PMEPF) e do Programa de Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), a fim de compreender como esses documentos determinam e orientam a formação continuada de professores, dando ênfase ao município de Porto Franco- MA. Assim, para darmos início a esse capítulo iremos situar esse município geograficamente.

O município de Porto Franco está localizado na região sul do estado do Maranhão, as margens do rio Tocantins, fazendo divisa com a cidade tocantinense Tocantinópolis. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023 possuía 30 escolas, 4876 alunos matriculados na educação básica e 321 docentes.

4.1 Relações políticas entre PNE, PEE/MA e PMEPF

Aprovado pela Lei 13.005/2014, ainda no governo de Dilma Rousseff, o Plano Nacional de Educação é um documento decenal regulamentado e que orienta a educação brasileira a partir de 10 diretrizes.

O PNE é um documento previsto na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 214, o qual estabelece que o objetivo do plano nacional de educação é assegurar o desenvolvimento do ensino a partir de 6 diretrizes, sendo a última aprovada por emenda constitucional em 2009. O plano nacional de educação também está baseado nos princípios nos princípios de ensino presentes no Art. 206.

As metas do PNE que correspondem a formação de professores são as metas 15 e 16, mas neste trabalho estamos analisando somente a meta 16 que trata especificamente da

formação continuada de professores em dois níveis: formação continuada a partir de pós-graduação e a partir de atividades formativas na forma de políticas de formação e desenvolvimento profissional na perspectiva do aperfeiçoamento com base em programas, cursos, materiais de formação e na própria práxis. A meta 16 possui 6 estratégias que estabelecem direcionamentos para se fazer realizar o plano nacional de educação. A nível de pós-graduação, segundo o relatório de monitoramento do MEC, em 2022 o percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu e stricto sensu foi de 47,4% enquanto o Maranhão, nesse mesmo período, obteve um percentual de 38%. Já o percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada foi de 40,9% para todo o território brasileiro e 48,9% para o estado do Maranhão.

Tabela 1-Percentual de professores da educação básica com pós-graduação

Percentual de Professores da Educação Básica com pós-graduação lato sensu e stricto sensu										
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	META
BRASIL	31.40%	32.90%	34.60%	36.20%	37.20%	41.30%	43.40%	44.70%	47%	50%
NORDESTE	26.50%	27.80%	29.90%	31.50%	33.80%	37.70%	40%	42.20%	46.80%	
MARANHÃ	20.60%	21.10%	22.90%	24.30%	26.60%	30.20%	31.90%	33.90%	38%	40%

Fonte: Dados do Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (2022)

Tabela 2- Percentual de professores que realizam cursos de formação continuada

Professores de Educação Básica que Realizaram Cursos de Formação Continuada										
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	META
BRASIL	31.60%	31.40%	33.30%	35.10%	36%	38.30%	39.90%	40%	40.90%	100%
NORDESTE	28.70%	30.40%	32.40%	34.70%	36.80%	39.90%	42.40%	43.60%	46.20%	
MARANHÃ	31.30%	32.80%	34.90%	36.20%	39.10%	42.80%	45.30%	46.40%	48.90%	100%

Fonte: Dados do Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (2022)

É importante ressaltar que o PNE e o PEE/MA são documentos distintos e que, apesar de semelhantes suas metas e estratégias não são iguais. A meta do PEE/MA que tem equivalência a meta 16 do PNE é a meta 17 que diferente do plano nacional não tem o objetivo de formar em nível de pós-graduação 50% dos professores de educação básica e sim 40% e garantir que todos os professores tenham formação continuada com base nas necessidades de sua área. A meta 17 do PEE/MA possui 7 estratégias, ao todo o plano estadual de educação do maranhão estabelece 22 metas a serem cumpridas no prazo de dez anos a partir da data de publicação. Esse documento foi aprovado pela lei estadual 10.099 de 11 de junho de 2014.

Em consonância com o PNE e com o PEE/MA foi publicada em 2015 a lei ordinária municipal N.º 011/2015, de 24 de junho de 2015, a qual aprovou a execução do plano municipal de educação. O documento possui 20 metas, mas para esse estudo a meta que iremos analisar será a 16:

Formar, em nível de pós-graduação, 9,4% (nove vírgula quatro) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME e garantir a todos os(as) profissionais da educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (Porto Franco, 2015, p. 95).

Para alcançar essa meta foram elaboradas 10 estratégias que constam tanto o incentivo de formações a nível de pós-graduação quanto desenvolvimento profissional por meios de cursos de formação continuada. Mas para essa pesquisa apenas nos interessa as formações, cursos, seminários, palestras que envolva a BNCC e DCTMA. Para identificar as formações continuadas realizadas no município analisamos o Relatório de Gestão da Educação dos anos de 2021 a 2023 cujo dados estarão no próximo capítulo.

Antes de partirmos para a análise dos relatórios é importante compreendermos uma parte importante do trabalho pedagógico e que está relacionado ao currículo: o planejamento.

Segundo Paulo Roberto Padilha (2001, p. 33)

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. É um processo de racionalização e organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social (*apud* Libâneo, 2002, p. 221-221).

Com base nesse conceito de que o planejamento também é uma revisão do trabalho docente e apoiando-se na ideia de Diniz (2015) de que o professor é um investigador de sua prática, portanto forma-se também a partir desta, que enxergamos o planejamento, nesse estudo, como uma atividade de desenvolvimento profissional.

5 ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO DE PORTO FRANCO

Neste capítulo trazemos uma análise das formações continuadas promovidas no município de Porto Franco com enfoque na BNCC tanto de formações com o tema “BNCC” quanto aquelas que de alguma forma utilizam a base nacional na prática tomando como princípio a ideia de Diniz sobre desenvolvimento profissional (2006) quando ele explica que o desenvolvimento profissional, para além da formação continuada, acontece na práxis, no cotidiano.

5.1 Relatório de 2021

Em 2020, com a proliferação do vírus da covid-19 e em uma ocasião de uma pandemia por causa desse vírus, as escolas estiveram fechadas e as aulas passaram a ser on-line, assim como a maior parte das demais atividades educacionais. Em 2021 a pandemia continuava, dessa forma as aulas remotas eram a única solução, em meados desse mesmo ano se iniciou as aulas híbridas e no ano seguinte, na metade do primeiro semestre as aulas voltaram a ser regulares.

No ano de 2021 as formações continuadas para professores seguiram no modelo presencial e remoto e “a Secretaria Municipal de Educação promoveu formação continuada com todos os professores e manipuladoras de alimentos, encontros organizados e ministrados pela equipe técnico-pedagógica da própria Secretaria de Educação” (Porto Franco, 2021, p. 56). Foram ministradas nesse ano um total de 30 formações continuadas.

Segundo o relatório de gestão em 2021 foi cumprido a estratégia da meta 16:

Estratégia 16.4 - Fomentar a oferta de cursos, congressos, simpósios e bolsas de estudo para Pós-graduação, bem como mestrado para os professores da educação básica do município ainda não contemplados dentro da vigência deste plano (Porto Franco, 2021, p. 56).

Essa é a estratégia a qual essa pesquisa está baseada, mas com o adendo de tratarmos a respeito da BNCC. Nesse sentido, nos interessa entender como ocorreu a oferta de formação para essa área da educação.

Infere-se que a partir da publicação do Documento Curricular do Território Maranhense, tenha iniciado a implementação deste em todo o território do Maranhão. No município de Porto Franco, a implementação da BNCC bem como a implementação do DCTMA no ano de 2021, ocorreu por meio de formações para professores e na atuação prática do trabalho pedagógico.

No primeiro ponto aconteceu “Formações em regime de colaboração com o Governo do Estado do Maranhão” (Porto Franco, 2021, p.17), acontecem no modelo presencial e remoto, tendo como público-alvo, gestores, coordenadores e professores da Educação Infantil. Segundo a Secretaria Municipal de Educação esses estudos foram desenvolvidos em 5 módulos voltados para o ensino híbrido e para a implementação da BNCC na Educação Infantil.

Ainda em relação as formações ofertadas aos professores, foi desenvolvido “O Pacto pelo Fortalecimento da Aprendizagem” (SEMED, 2021, p. 22). O Pacto faz parte do programa Escola Digna sendo que formações foram desenvolvidas para os educadores dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, tendo como foco a alfabetização na idade certa. O ciclo formativo do Pacto de Aprender objetiva propiciar desenvolver as práticas pedagógicas dos educadores por meio da troca de saberes e da reflexão da práxis. Ainda que não tenha a temática “BNCC e/ou DCTMA”, o ciclo formativo foi realizado a partir de ambos, visto que alguns dos objetivos dessas formações eram:

Compreender os processos de ensino e aprendizagem da linguagem escrita no ciclo de alfabetização, considerando os documentos orientadores curriculares vigentes... compreender as práticas de linguagem pertencentes aos eixos leitura/escuta e oralidade no ciclo de alfabetização, considerando os documentos norteadores curriculares vigentes (Porto Franco, 2021, p. 23)

O ciclo formativo de 2021 foi desenvolvido em 3 etapas em modalidade presencial.

O segundo ponto de desenvolvimento profissional em relação a BNCC, diz respeito a formação dentro do próprio trabalho pedagógico, aqui trazemos a realização do Planejamento em Rede. Assim como o ciclo formativo, é realizado a partir dos documentos normativos e curriculares. Nesse viés tanto o próprio planejamento quanto as ações pedagógicas podem ser considerados atividades formativas dentro do próprio trabalho.

5.2 Relatório de 2022

Ainda com reflexos da pandemia da COVID-19, o ano letivo de 2022 se inicia e persiste a estratégia de se realizar ações formativas presenciais e online. Ao longo de todo o ano foram desenvolvidos diversos tipos de ações: palestras; seminários; webnários; web jornadas; oficinas; Formações do Pacto pela Aprendizagem, com Rodas Formativas e formações continuadas.

Segundo a SEMED (2022, p. 51) durante todo o ano foram desenvolvidas 31 formações com os profissionais da educação, considerando gestores, coordenadores, professores e manipuladores de alimentos. Além das formações também foram realizadas palestras com temas voltados a inclusão e ao desenvolvimento de competências socioemocionais. Essa última aconteceu de forma online.

Segundo a SEMED (2022, p. 48) o objetivo dessas formações continuada é “Refletir sobre as práticas pedagógicas utilizadas, bem como repensar novas estratégias didáticas para melhorar o processo de ensino e aprendizagem”. Esse processo é realizado, assim como em 2021, seguindo as normas dos documentos em vigência. Contudo, apesar de ter sido

mencionado a BNCC nas realizações das atividades desse ano, não houve formações específicas para a implementação desse documento.

5.3 Relatório de 2023

Dando continuidade aos trabalhos do ano anterior, o município de Porto Franco permanece desenvolvendo atividades relacionadas ao Pacto Pelo Fortalecimento da Aprendizagem, sendo assim ofertando formações continuadas que envolve SEMED, gestores, coordenadores e professores.

Além do Pacto pela Aprendizagem, nesse ano foram realizadas formações para implantação de novos programas e projetos, como o Aprova Brasil

o objetivo de realizar formações com os professores das turmas do 2º, 5º e 9º ano (disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática), fornecendo livro paradidático para cada aluno, constando simulados prontos no final de cada bloco de estudos foi disponibilizada, ainda, plataforma virtual que permitiu aos professores divulgarem os resultados dos simulados. A referida Plataforma demonstrou, também, a situação individualizada de aluno por aluno, da turma, da escola e de toda a rede, com análise de dados por meio de gráficos (Porto Franco, 2023, p. 46)

Assim como em 2022, no ano de 2023 não foram realizadas atividades com a temática de implantação da BNCC e/ou DCTMA. Segundo as informações do relatório de gestão de 2023 foi cumprido com êxito as atividades propostas para esse ano.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Base Nacional Comum Curricular é a concretização de um documento que está garantido na lei maior do país há mais de 30 anos, e não coloco aqui, o mérito de como se foi pensado o documento, ou se é capaz de atender de fato as necessidades das escolas e dos alunos em todo o território brasileiro, contudo buscamos entender como de fato o Estado em colaboração com estados e municípios possibilitou a formação dos docentes os auxiliando no processo de implementação da BNCC, trazendo essa questão para a realidade de Porto Franco-MA.

A partir dos documentos que regem a educação brasileira, fazendo um paralelo desde 1988 com a Constituição Federal até 2018, com a implementação da BNCC podemos perceber a relação político pedagógica da formação continuada de professores dentro dos documentos legais.

Como já mencionado neste trabalho, a LDB (1996) garante a formação continuada do professor, assim como garante a elaboração do plano nacional de educação e da base comum curricular com o objetivo de melhorar a oferta e a qualidade da educação brasileira. Tanto a LDB quanto a Constituição Federal configuram a realização desses documentos em regime de colaboração entre União, estados, municípios e Distrito Federal. E é a partir desses documentos que são pensados as diretrizes e documentos curriculares.

Refletir a respeito de formação continuada requer entender a “engrenagem” responsável pelo direcionamento dessas formações. Os primeiros responsáveis por fomentar esse processo são justamente os dois marcos legais mencionados no parágrafo anterior, seguidos pelos documentos normativos e curriculares da educação. Entender o processo histórico desses documentos é essencial para compreender o trabalho político pedagógico desenvolvido a partir dos mesmos.

Como já mencionado anteriormente nesse trabalho, a Base Nacional Comum Curricular foi pensada e desenvolvida abordando alguns conceitos, os quais são importantes para que o documento se concretize de fato. Tratamos nesse trabalho a respeito de competências e habilidades. É importante ressaltar que neste trabalho não foi pesquisado se a formação continuada desenvolvida no município buscou trabalhar a partir desses conceitos.

Evidenciamos também, que apesar deste estudo ter sido desenvolvido com base nas metas 16, 17 e 16 dos planos nacional, estadual e municipal de educação, a não realização ou a realização parcial de formação de implementação da BNCC não configura o não cumprimento da meta, uma vez que a meta trata das formações continuadas em âmbito geral, sem temática específica de estudo. Ainda assim, delimitar esses estudos a essas 3 metas foi essencial para a verificação das atividades realizadas. Contudo, no capítulo 4, quando elaborado as tabelas com os dados de monitoramento da meta 16 do PNE, não foi possível comparar os dados do município de Porto Franco- MA devido a falta dos relatórios de monitoramento do PMEPPF.

Também é importante ressaltar que este trabalho deveria, inicialmente, ter sido desenvolvido a partir da análise dos relatórios de monitoramento do PMEPPF, no entanto o município não realizou um acompanhamento individualizado desse documento, sendo possível encontrar e acompanhar algumas metas no Relatório de Gestão da Educação, o qual é realizado anualmente. Apesar desse fato foi possível alcançar o objetivo dessa pesquisa, que era compreender como se deu a formação continuada dos professores da rede municipal de Porto Franco para a implementação da Base Nacional Comum Curricular e do Documento Curricular do Território Maranhense. Chegamos à conclusão que as formações continuadas ocorrem de 3 formas.

A primeira maneira se desenvolveu fomentada pelo ProBNCC, a partir da elaboração do DCMPF. A formação continuada nessa etapa acontece a partir do exercício da prática pedagógica que envolve o planejamento de ensino. Não foi possível verificar se houve formação complementar para essa etapa.

O segundo tipo de formação continuada a ser verificada, foi a formação para a implementação de fato da BNCC, porém apenas para a Educação Infantil.

E por último, formações continuadas que não tratavam da BNCC, mas que tomavam como base esse documento, possibilitando a implementação deste a partir do exercício da prática, assim como o primeiro tipo de formação.

Ao realizar e concluir este trabalho se espera que este possa contribuir para a compreensão da importância formação continuada como inerente ao trabalho docente e da relevância do monitoramento das atividades educacionais realizadas no município.

REFERÊNCIAS

- BOSCHETTI, Luís Paulo Zanolla. **A pedagogia das competências**: estudo de caso em um curso de tecnologia da UTFPR. 2014. 130 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/0239fd37-9958-40ef-8571-98ce2e75b0a3>
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997. Disponível em:
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Documento Curricular do Território Maranhense: para a Educação Infantil e o Ensino fundamental. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2019. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/documento_curricular_ma.pdf
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, [2018]. Disponível em:
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em 05/11/2023.
- BRASIL. Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular: orientações para o processo de implementação da BNCC, 2020. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_BNCC_2018_atualizacao_2020_cap_1_ao_6_interativo_28.pdf Acesso em 05/11/2023.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 26 de junho de 2014.
- BRASIL. Resolução CNE/CP 2/2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 de dezembro de 2017, Seção 1, pp. 41 a 44.
- BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019. Resolução CNE/CP 2/2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 de abril de 2020, Seção 1, pp. 46-49.
- BRASIL. Ministério da Educação. Primeiro Plano Nacional. 2010. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2730-pne-lei-10172-09-01-01&Itemid=30192 Acesso em: 06/06/2024
- BRASIL. Constituição Federal de 1934. 1934. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Acesso em 06/06/2024

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. FORMAÇÃO DE PROFESSORES, TRABALHO E SABERES DOCENTES. **Revista Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v.24, n. 3, p. 143-152, set-dez. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9457>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. Censo Demográfico de 2010. IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home> Acesso em:

FERREIRA, Luciana Haddad; [PRADO, Guilherme do Val Toledo](#); [ARAGAO, Ana Maria Falcão de](#). A FORMACAO DO PROFESSOR POR SUAS NARRATIVAS: Desafios da docência. **Revista Hipótese**, Itapetininga, v. 1, n.4, 2015.

GOVERNO DO MARANHÃO. Governo promove encontro para orientação do documento curricular do território maranhense. 2020. Disponível em:

<https://www3.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=268920> Acesso em: 15/01/2024.

LANÇADO NOVAO PAINEL DE MONITORAMENTO DO PNE. Portal Gov., 2022

Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/lancado-novo-painel-de-monitoramento-do-pne> Acesso em: 06/06/2024

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). [Lei n 9.394/96](#). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

LEI Nº 10.099, DE 11 DE JUNHO DE 2014. Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão (PEE/MA), 2014. Diário oficial do estado do Maranhão ANO CVIII nº111 São Luís, quarta-feira, 11 DE JUNHO DE 2014. Disponível em:

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 011/2015, DE JUNHO DE 2015. Plano Municipal de Educação de Porto Franco. Porto Franco, 2015. Disponível em:

https://www.portofranco.ma.gov.br/upload/plano_municipal_educacao/35405.pdf

LIBANEO, Jose Carlos. A DIDÁTICA E A APRENDIZAGEM DO PENSAR E DO APRENDER: a Teoria Histórico-cultural da Atividade e a contribuição de Vasili Davydov. **Revista Brasileira de Educação**, n.27, 2004.

PADILHA, Paulo Roberto. **PLANEJAMENTO DIALÓGICO**: Como construir o projeto político pedagógico da escola-São Paulo: Cortez; instituto Paulo Freire, 2001.

PERRENOUD, P. - Construindo competências – Entrevista com Philippe Perrenoud, 2008. Disponível em: <<http://aprenderdireito8.blogspot.com.br/2008/12/construindo-competencias-entrevista-com.html>>.

PORTO FRANCO. Secretaria Municipal de Educação -SEMED. RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2021. Porto Franco, 2021. Disponível em: PDF.

PORTO FRANCO. Secretaria Municipal de Educação -SEMED. RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2022. Porto Franco, 2022. Disponível em: PDF.

PORTO FRANCO. Secretaria Municipal de Educação -SEMED. RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2023. Porto Franco, 2023. Disponível em: PDF.

RAMOS, Marise Nogueira. **A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS**: autonomia ou adapcao? 3.ed.- São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Edlamar Oliveira dos. **A formação continuada na rede municipal de ensino do Recife: concepções práticas de uma política em construção. 2010.** 365 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SPAGNOLO, Carla. **A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: O DESIGN THINKING COMO PERSPECTIVA INOVADORA E COLABORATIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.** Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, p. 219, 2017.

VIANA, Camila Rodrigues; SANTOS, Janete Silva Dos; MOURA, Jónata Ferreira de. **MARANHENSIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR: Formações Discursivas entre o lugar Curricular e a posição Sujeito-professor do ensino Fundamental I. Revista Humanidades e Inovação v.8, n.36, 2021.**